

Aldenor Gomes da Silva

Engenheiro Agrônomo, Doutor  
em Economia, Professor do Mestrado  
em Ciências Sociais da UFRN.

## Nova Fase do Sindicalismo: Os Trabalhadores do Pólo Agroindustrial do Açu – RN

### I – Introdução

No Nordeste, o setor agroindustrial, a exemplo de outros setores industriais, vem sendo levado a ajustar-se às novas regras de expansão nacional comandada pelo grande capital, à atrelar-se na estrutura do dinamismo do desenvolvimento capitalista no Brasil e a submeter seu funcionamento ao padrão de desempenho da economia do país. Modernização e concentração marcam igualmente a evolução recente das atividades industriais e agroindustriais no bojo do processo de criação do mercado nacional. Os setores tradicionais como o cacau e a cana de açúcar, que diversificaram atividades e outros segmentos agrícolas foram incorporados no sentido de promover

uma integração intersetorial, como é o caso das *frutas tropicais*.

A inserção desse novo setor deu-se, principalmente, através de um arrojado programa de agricultura irrigada desenvolvido na região semi-árida do Nordeste, estimulado pelo setor público e que teve imediato envolvimento da iniciativa privada. Hoje, nos principais vales úmidos da região como o Vale do São Francisco, um número considerado de empresas agropecuárias públicas e privadas desenvolvem projetos de agricultura irrigada com base em tecnologias de ponta (avançados níveis de automação), subsidiando a implantação de agroindústrias locais e/ou filiais de empre-

sas do centro-sul do país. A produção dessas empresas na região se constitui num leque bastante variado, indo desde o tomate para agroindústria, até produtos nobres típicos das zonas úmidas como uva e aspargo, por exemplo. Destaca-se, contudo, a produção de uma grande diversidade de frutas tropicais como melão, manga, uva e acerola, voltados prioritariamente para os mercados internacionais do Mercado Comum Europeu, Estados Unidos, Japão e Canadá.

No Rio Grande do Norte está situado um desses pólos de irradiação da agricultura irrigada, atrelada a agroindústria processadora – o Pólo Agroindustrial do Açu<sup>1</sup>. Esse pólo situa-se numa região onde se realizam com bas-

<sup>1</sup> Essa delimitação e definição de “Pólos Agro-industriais do NE” podem ser encontradas em J. W. de Queiroz et alii, (1992). Estudos sobre a agroindústria no Nordeste: caracterização e hierarquização de pólos agro-industriais.

tante intensidade e rapidez uma série de mudanças tecnológicas na produção agrícola irrigada, de caráter irreversível, impactando as relações de trabalho e refletindo-se em alterações nas formas de organização dos trabalhadores.

Transformações no processo de produzir bens e produtos, decorrentes da rapidez com que se introduzem novas tecnologia na produção, têm sido uma constante no mundo do trabalho moderno. Essas transformações passaram a ter um caráter revolucionário, nas últimas décadas, por serem baseadas em tecnologias microeletrônicas, causando verdadeiras rupturas nas formas convencionais de realização do trabalho. Sabemos que é inerente à introdução de progresso técnico no processo produtivo a busca incessante de aumento da capacidade produtiva do trabalhador. Contudo, o novo patamar tecnológico que se instala extrapola o objetivo de aumento da produtividade do trabalho e se estende aos mais diferentes campos da atividade, com reflexos sobre as condições e níveis de emprego e afetando, inclusive, as formas de organização e relações de poder no interior das empresas e das instâncias representativas dos trabalhadores.

É necessário frisar, contudo, que a ênfase nas transformações técnicas com base na microeletrônica não nos faz crentes de um determinismo tecnológico. É de fundamental importância a pre-

sença dos agentes produtivos no mundo do trabalho, constituindo-se em verdadeiros vetores das alterações de ordem econômica, social e cultural transpostas à atividade produtiva. Ou seja, concomitantemente revolucionam-se (no verdadeiro sentido da palavra) as técnicas de produção, surgem novos conteúdos nas formas de organização dos trabalhadores e difunde-se um novo referencial produtivo para o mundo do trabalho.

Sabemos, entretanto, que há uma tendência histórica ao prevailecimento de segmentos empresariais no sentido e rumo dessas transformações tecnológicas, minimizando-se as possibilidades de ação dos trabalhadores diretos, principalmente pela fragilidade de suas organizações sindicais. Larangeira (1994:160) coloca bem essa questão, assim:

“... as escolhas são, em geral, feitas de acordo com interesses e estratégias empresariais orientadas por razões que se pautam pela lucratividade e pela competitividade. Essas decisões são também grandemente influenciadas por fatores histórico-culturais e, nesse sentido, é fácil compreender, por exemplo, que em sociedades como a brasileira – historicamente orientada por uma cultura de desvalorização do trabalho – as decisões sobre a organização do trabalho tendem a minimizar os benefícios aos trabalhadores.”

E mais a frente,

“Complementando essa questão, torna-se importante saber até que ponto a estrutura sindical em seus moldes atuais estaria aparelhada para lidar com uma realidade que muitos descrevem como revolucionária.”

Não é demais registrar que a ocorrência dessas formas revolucionárias de mudanças tecnológicas tem se concentrado, prioritariamente, no setor industrial. Este setor tem se mostrado historicamente como o *locus* originário da introdução, avanço e difusão do progresso técnico no processo produtivo e dos progressivos ganhos em organização e atuação das instâncias representativas do movimento operário.

Começam a despontar investigações sobre o setor de serviços, no que tange a essa temática, onde se destacam os trabalhos sobre o setor bancário que, aliás, traz uma dupla motivação: primeiro, pela rapidez com que se difundem os avanços tecnológicos na automação informatizada dos serviços na área financeira; e, segundo, pela organicidade, crescimento e representatividade do seu movimento sindical.

Quanto ao setor agrícola, são embrionárias as reflexões sobre essa questão, muito mais pelas dificuldades de manutenção do corte analítico “agricultura x indústria” em plena vigência dos



Diante do exposto, cremos ter caracterizado a atividade agrícola irrigada como pólo dinâmico e tecnicamente modernizado da produção, podendo agora passar para a descrição do modo como essa atividade moderna se instala no pólo agroindustrial do Açú e seus reflexos sobre a forma e conteúdo do processo de organização sindical dos trabalhadores rurais daquela região.

## II – O Pólo Agroindustrial do Açú

Segundo o estudo realizado pelo BNB/ETENE, já referenciado na página 1, nota 2, o pólo agroindustrial do Açú, localizado no Rio Grande do Norte, ocupa uma área de 7.380 km<sup>2</sup>, sendo composto pelos seguintes municípios produtores e transformadores de frutas tropicais: Mossoró, Baraúnas<sup>3</sup>, Governador Dix-Sept Rosado, Caraúbas, Areia Branca, Açú, Ipanguaçu e Carnaubais. Esses municípios do pólo são agrupados em duas subzonas produtoras de frutas tropicais, a saber: a) Subzona de Mossoró – composta pelos municípios de Mossoró, Baraúnas, Gov. Dix-Sept Rosado, Caraúbas e Areia Branca; e b) Subzona do Açú – composta pelos municípi-

os de Açú, Ipanguaçu e Carnaubais. No pólo como um todo destaca-se a presença do município de Mossoró que é o mais urbanizado e concentra cerca de 70% da população do pólo, seguido do município de Açú. É também em Mossoró onde se concentra a atividade industrial do pólo, com destaque para a presença da “Mossoró Agroindustrial – MAISA” empresa pioneira tanto na produção de frutas tropicais irrigadas como na transformação industrial de sua produção.

A irrigação na subzona do Açú, enquanto uma atividade econômica realizada em moldes especificamente capitalistas vai acontecer no início dos anos oitenta quando são concretizadas as pretensões governamentais de implantação do “Projeto Baixo-Açú”, explicitadas pelo início das desapropriações e das obras de construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Instala-se nesse meio tempo uma situação bastante conflituosa, beirando mesmo um estado de pânico, diante da desinformação sobre forma e/ou valor das desapropriações, concomitantemente ao avanço devastador das empreiteiras.

Ao serem concluídas as obras da barragem, em maio de 1983, e

por não se efetivarem as outras etapas do projeto (quais sejam o assentamento, à montante da barragem, da população remanescente da ação desapropriatória e, a jusante, a instalação do projeto de assentamento de irrigantes) desencadeou-se uma correria em direção à região por grandes grupos empresariais nacionais, atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação no Vale. A partir desse momento é que, no nosso entender, dar-se-á a difusão progressiva da agricultura moderna na subzona do Açú, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Açú, Ipanguaçu e Carnaubais. Nesse sentido, afirmamos em trabalho anterior (*Gomes da Silva, 1993a:340*):

“A consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo-Açú deu-se no pós-85, caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público. [...] Com a regularização da vazão do rio Açú, são potencializadas as possibilidades de irrigação num trecho considerável, o que favoreceu a penetração desses grandes capitais, por verem assegurada e em condições bastante favoráveis a infra-estrutura necessária à instalação de seus empreendimentos”.

• • • • •

<sup>3</sup> O município de Baraúnas está incluído na área produtora de frutas tropicais muito mais pelo seu caráter de fornecedor de mão-de-obra, principalmente para a MAISA, do que de produtor propriamente dito. Mas a FETARN o considera como produtor e o inclui como consignatário do acordo coletivo. Salienta-se, também, que no seu município já se constata a presença de pequenas produtoras de frutas tropicais.

A subzona do Açu, a partir da segunda metade dos anos oitenta, passa a se constituir num porto-seguro de várias empresas agropecuárias que para alí se dirigem com o intuito de produzir fibras de algodão para provimento da matéria-prima de seus grupos empresariais e, principalmente, para produção de frutas tropicais.

Na subzona de Mossoró, a atividade irrigada de grande porte começa com a instalação da MAISA, na primeira metade dos anos setenta. Desde o seu início, a irrigação nessa subzona tem se dado, eminentemente, por iniciativa privada. Sabemos, contudo, que essa iniciativa privada tem se mantido à custa de favores do poder público. A grande característica da atividade irrigada que se desenvolve na subzona de Mossoró é ser efetivada através de poços artesianos de grande profundidade (variando de 700 a 1000 m). A perfuração e revestimento desses poços são de elevados custos (em torno de R\$ 600.000,00 a R\$ 1.000.000,00) sendo altamente subsidiados por instâncias estatais. Só a título de ilustração, na MAISA existem cerca de 12 des-

ses poços, número superior aos perfurados pelo Estado em toda a cidade de Mossoró para fins de abastecimento urbano.

O pólo agroindustrial do Açu é atualmente reconhecido como uma das áreas de modernização intensa da região Nordeste ao lado do pólo petroquímico de Camaçari, do pólo têxtil de Fortaleza, do complexo minero-metalúrgico do Maranhão e do complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro. Embora tenha se consolidado apenas no final da década de oitenta, a produção de frutas tropicais nessa região ocupa hoje uma posição destacada na exportação de frutas nacionais, e é responsável por 90% da produção brasileira de melão utilizada para consumo interno e para exportação. Talvez o curto período de sua presença no cenário produtivo regional explique o conhecimento incipiente de sua estrutura de produção por parte de estudiosos da economia nordestina, mesmo reconhecendo e registrando em seus trabalhos a condição de zona de intensa modernização produtiva. Referimo-nos, especificamente, aos trabalhos recentes de Tânia Bacelar e Leonardo Guimarães<sup>4</sup>, que têm enfatizado a relevância da produção

de frutas tropicais do pólo do Açu para a economia regional apresentando, contudo, um mínimo de dados/informações, relativamente à caracterização das demais áreas de modernização intensa do Nordeste.

O grande desenvolvimento da agricultura irrigada no Pólo do Açu dá-se por meio da iniciativa privada. No ano de 1995 os Sindicatos de *Trabalhadores Rurais* do Pólo celebraram contrato coletivo com quatorze empresas de médio e grande porte, a saber: a) Subzona de Mossoró – MAISA; Fazenda São João; AGROSSOL; Santa Júlia; Tropical, Paulisséia; VIVA; RAFITEC e Brasil Tropical; b) Subzona de Açu – FRUNORTE; São João; BONAFRUTA; FRUTERRA; Pereira da Silva e FINOBRASA.

A única experiência de irrigação pública no pólo está representada pelo projeto “Baixo-Açu”<sup>5</sup> que, embora tenha sido iniciado no final dos anos setenta, ainda não está consolidado. Até o presente, dos 75 irrigantes selecionados apenas 35 permanecem explorando seus lotes, num total de 280 hectares (cada “pequena empresa agrícola” recebeu

<sup>4</sup> Tânia Bacelar de Araújo, Nordeste, Nordeste: que Nordeste? e Leonardo Guimarães Neto, Desigualdades Regionais e Federalismo, In: Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento, 1995.

<sup>5</sup> O Projeto “Baixo-Açu” surgiu como desdobramento da construção da barragem “Armando Ribeiro Gonçalves”, erigida no leito do rio piranhas-açu com capacidade de armazenar 2,7 bilhões de metros cúbicos, inaugurada em maio de 1983. Para viabilizar o funcionamento do projeto foi desviado da barragem “Armando Ribeiro Gonçalves” um canal com capacidade para irrigar três mil hectares.

a concessão para uso do solo de oito hectares), tendo em vista as inúmeras crises decorrentes da administração do projeto pelo Estado. Vide, por exemplo, declaração recente de um jornal local (O Poti, 21/04/96, p.9):

“Na visão dos poucos irrigantes que permanecem no local, o problema do projeto está no fato de que nem o Estado e nem o DNOCS querem assumir a administração. Em decorrência disso, falta apoio e infra-estrutura para que os primeiros irrigantes possam se instalar e tocar para frente seus lotes de terra.”

O clima de desconfiança nas ações do setor público reinante no Projeto Baixo-Açu pode ser sintetizado na afirmação seguinte de um dos seus irrigantes:

“Todos nós sabemos que o Governo é mau gerente e, nessa condição qualquer ingerência é prejuízo na certa. Na verdade, nós fomos colocados aqui como cobaias” (O Poti, 21/04/96, p. 9).

As empresas agropecuárias que se instalam no pólo adotam um elevado padrão tecnológico, traduzido principalmente pela adoção de métodos de irrigação sob pressão, composto de diferentes sistemas de aspersão ou gotejamento, e a exclusiva presença de trabalhadores assalariados. A produção dessas empresas é destinada para os seguintes mercados:

No plano externo – Estados Unidos, Mercado Comum Europeu, Canadá e Japão, principalmente os seguintes produtos: melão, acerola, uva e manga;

No plano interno – para os mercados do Centro-Sul do país e para os maiores mercados regionais (Recife, Fortaleza, Natal e João Pessoa, principalmente).

Vale destacar que a presença das empresas agropecuárias de grande e médio portes na região do Pólo de Açu têm impactado as relações de trabalho, tendo em vista as rápidas alterações ocorridas nas condições de produção nesta região. A intensa e rápida interferência dessas empresas no mercado de trabalho local tem se refletido nas formas de organização dos trabalhadores. Ora, sabemos que a fragilidade política e organizacional dos sindicatos de trabalhadores rurais dessas áreas deve-se, principalmente, ao fato de serem compostos de diversas categorias em que, quase sempre, os trabalhadores exclusivamente assalariados se constituem em minoria. São sempre um misto de pequenos proprietários, parceiros e assalariados. A esse assunto voltaremos, com maiores detalhes, nos tópicos seguintes.

Digno de registro é a estratégia de produção integrada que se vem difundindo na subzona do Açu, iniciada pela maior empresa agrícola irrigada do Vale – a FRUNORTE. Com o nome de terceirização são estabelecidos contratos de compra da produção

com empresas de pequeno e médio porte. No ato da colheita é feito um acompanhamento pela empresa compradora desde a ação de colher até a embalagem em caixas padronizadas cedidas pela mesma. Como as empresas “terceirizadas” adotam um padrão tecnológico semelhante às grandes, a terceirização pode se restringir apenas às fases da colheita e acondicionamento. Quando, porém, não fica garantido um padrão tecnológico compatível com o produto da empresa compradora do serviço, o contrato de terceirização pode abranger também a assistência técnica e fornecimento de sementes. Os produtos inicialmente utilizados nesse programa foram o melão, a uva e a acerola. Pelo êxito e expansão que o programa de terceirização está assumindo, há quem afirme que a FRUNORTE já está reduzindo sua área de produção de melão.

A Empresa FRUNORTE é também responsável por uma outra inovação no campo da produção de frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu. Trata-se da primeira experiência de “co-gestão na empresa”. Forçado pelo rompimento da sociedade diretora da empresa (a FRUNORTE era propriedade de dois sócios), o proprietário remanescente, Sr. Manoel Dantas, procurou alguma forma de financiamento, esbarrando na negativa de diversos órgãos financiadores. Diante de tão vantajado valor estipulado



pelo sócio desistente (16,5 milhões de dólares) e não querendo se submeter a outro sócio igualitário, o atual presidente propôs ao BNDES o financiamento da quantia estipulada para venda em nome de uma “Associação dos Funcionários” da empresa. Essa Associação passou a se constituir no novo sócio da empresa, passando a ser detentora de 49% das ações da FRUNORTE. O empresário Manoel Dantas comprou, então, 1% do seu antigo sócio e o BNDES financiou, em oito anos com um ano de carência, os 49% restante em nome dos seus funcionários. Ao mesmo tempo, o empresário se tornou, frente ao agente financeiro, avalista do citado empréstimo. Esta experiência foi iniciada em julho de 1995.

### III – Organização Sindical no Pólo Agroindustrial do Açú

Para termos uma idéia mais nítida do impacto desse estágio transformador, de generalização de um elevado padrão tecnológico de produção agrícola sobre a estrutura de organização sindical dos trabalhadores, procuramos caracterizar o estágio de organização e ação sindical dos trabalhadores na fruticultura irrigada do pólo em dois períodos distintos: 1) quando da chegada das primeiras empresas produtoras

de frutas tropicais na região (final dos anos 70); 2) quando se generaliza um moderno padrão tecnológico de produção irrigada no pólo (a partir da segunda metade dos anos 80).

#### 1. Sindicalismo versus projeto Baixo–Açú

A presença de empresas agropecuárias de grande e médio porte na subzona do Açú impulsionaram alterações irreversíveis nas relações de trabalho, tendo em vista as rápidas alterações nas condições de produção nesta região. A intensa e rápida interferência dessas empresas no mercado de trabalho local tem se refletido nas formas de organização dos trabalhadores. Para se ter uma idéia mais nítida desse estágio transformador, é bastante nos atermos às condições de organização dos trabalhadores em épocas anteriores.

Com esse intuito, recuperamos a história de organização dos trabalhadores rurais na subzona de Açú, através de um rastreamento nos arquivos de jornais locais, sobre as formas de manifestação dos trabalhadores no período de 1979 a 1985 que correspondem, respectivamente, à época que antecedeu a implantação do Projeto Baixo–Açú e o efetivo uso dos benefícios da inauguração, em maio de 1983, da Barragem

Armando Ribeiro Gonçalves.

As manifestações em defesa da situação dos trabalhadores do Vale do Açú (correspondências oficiais, atos públicos, reuniões, assembléias, etc.), veiculadas pela imprensa escrita pesquisada, foram sempre convocadas e dirigidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte – FETARN. Os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios envolvidos na problemática implantação do Projeto Baixo–Açú eram apenas citados, mas em geral, seus dirigentes não assinavam documentos e pouquíssimas vezes apareceram prestando declarações na imprensa local<sup>6</sup>. É verdade que os diretores da FETARN, por estarem na capital, ficavam mais próximos dos veículos de informação, mas também é verdade que a quase totalidade dos eventos ocorreram nos municípios do Vale. Isso, a nosso ver, denotava a despreparação ou inexpressividade das lideranças sindicais locais, já que se tratava de uma situação muito localizada e específica.

Outra característica era que o núcleo das discussões, e principalmente das reivindicações dos trabalhadores veiculadas pelos STRs, girava sempre em torno da posse e uso da terra pós-barragem, destino da população expulsa e definição das indenizações. Não se constata nenhuma



<sup>6</sup> Registramos apenas no Diário de Natal de 13/01/83 uma declaração, com foto, do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Açú, Antônio Medeiros.

referência à situação de trabalhadores assalariados. A alusão feita ao “trabalhador rural” sempre se refere a “*um sem-número de trabalhadores rurais [que] serão desapropriados*” (Diário de Natal, 12.05.79). Num documento oficial enviado ao presidente da república pela Federação, há uma tentativa de esclarecimento dessa questão, quando a FETARN critica os órgãos oficiais que procuravam canalizar as soluções apenas para os proprietários rurais. Dizia a Federação:

“Sua preocupação principal se prende exatamente, com a atuação do trabalhador rural, onde serão alocados, quais serão os critérios de seleção, qual será a relação jurídica entre o irrigante e o DNOCS, e o que será feito dos milhares de trabalhadores que não possuem terra, qual a garantia que o DNOCS oferece em relação e permanência do parceiro, do arrendatário e outros ocupantes na área do projeto. [...] sabemos através de levantamentos realizados pelos sindicatos da área atingida, que mais de 70% dos trabalhadores rurais não são proprietários, e são, de maneira geral ocupantes, posseiros, parceiros arrendatários, trabalhadores avulsos, mas todos ligados à terra, a suas benfeitorias, mas não dispõem de titulação. Certamente não serão vistos pelo projeto” (Diário de Natal, 12/05/79).

Mesmo assim, a preocupação da FETARN aqui está muito ligada a um retorno do trabalhador rural (que também é parceiro, arrendatário ou ocupante) à terra, via projeto de irrigação, como co-

lono. Deste modo, a conformação dos produtores rurais no Vale que transferiam ao STR uma convivência de diferentes categorias de trabalhadores não permitia que se antevisse a presença futura, bastante significativa, de trabalhadores exclusivamente assalariados. Aquela seria a tônica dominante na luta em prol dos produtores rurais do Vale do Açu, que não poderia ser diferente se nos ativermos àquela conjuntura de lutas onde eram muito marcantes ações de inundação, expulsão, desapropriação, indenização, etc.

Essa preocupação também aparece no relato que faz o Diário de Natal de 03 de maio de 1980, sobre o que ele chamou “*da maior concentração de trabalhadores da história do Rio Grande do Norte*”. Segundo o jornal, cerca de 20 (vinte) mil trabalhadores rurais se reuniram na cidade de Açu, sob o comando da FETARN, para comemorar o dia 1º de maio. Entre os oradores presentes (com muito alarde para presença dos Bispos Diocesanos de Mossoró e Natal) o Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, foi o único que abordou o problema dos trabalhadores assalariados tanto dentro de uma discussão mais geral de lutas dos trabalhadores pela reforma agrária, quanto quando fez referência específica aos salários ou à perspectiva de se chegar a deflagração de uma greve. Destacamos essa passagem do seu discurso:

“Com força e união conseguiremos o que agora estamos reivindicando. Precisamos da reforma agrária, de salários justos, de terra para o agricultor plantar, de comida para não morrer de fome e da educação pra os seus filhos poderem estudar. (...) As autoridades esquecem, no entanto, que o agricultor também pode fazer greve se houver necessidade” (Diário de Natal, 03/05/80).

## 2. Uma “nova” fase do Sindicalismo

A segunda metade dos anos oitenta vai ser decisiva para a definição de um padrão de produção agrícola irrigada na região do Pólo Agroindustrial do Açu, a partir da entrada em cena das empresas agropecuárias que aportam no Pólo. Como afirmamos antes, essas empresas estabeleceram um moderno padrão tecnológico de produção, com adoção de tecnologia de ponta na área de irrigação, inclusive com importação de técnica e recursos humanos. Pela rapidez com que se implantaram produtivamente na região, essas empresas provocaram grandes interferências na produção local, principalmente pelo distanciamento do patamar tecnológico vigente na região até então, com profundas alterações na relação capital-trabalho. Apesar de contar com uma evidente limitação do fator trabalho, que vai desde a sua baixa qualificação até a ausência de um mercado de trabalho estruturado, o caráter irreversível do padrão tecnológico que adotaram fez com que, num



rápido espaço de tempo, os trabalhadores rurais do tipo assalariado puro fosse a mais importante categoria de trabalhadores presentes no Pólo, e o município de Mossoró e o Vale do Açu, como um todo, passassem a se constituir em pólos de atração de mão-de-obra assalariada das regiões e estados circunvizinhos. Com isso, cresce rapidamente o número de trabalhadores rurais assalariados ligados às empresas agropecuárias de irrigação no Pólo Agroindustrial do Açu que, segundo dirigentes sindicais, passam a oscilar em torno de seis mil trabalhadores em momentos de pico. Importante é que, além desse aumento significativo de uma categoria quase inexistente na região, operaram-se, também, mudanças de cunho qualitativo no processo de organização dos trabalhadores rurais em geral. Em trabalho anterior já apontávamos para essas transformações de ordem qualitativa, quando assim comentávamos:

“A prova concreta desse fato foi a realização, em dezembro de 1990, da primeira ‘Convenção Coletiva de Trabalho Cumulada com Acordo Coletivo de Trabalho’. Essa convenção, com vigência até 31/05/91, foi assinada por quatro das maiores empresas da área. [...] O grande mérito dessa convenção foi ter conseguido abordar questões básicas referentes às condições de trabalho” (Gomes da Silva, 1993a:345).

Esses Acordos Coletivos realizaram-se sucessivamente até o presente, tendo se ampliado o número das empresas participantes. Nos últimos anos esse número tem variado entre doze e dezesseis empresas, no Pólo como um todo.

O mais importante de tudo isso foi esse salto no processo de organização sindical. Hoje, de forma repentina, a conjuntura da produção agrícola irrigada na região do Pólo está forçando uma especialização da atuação do sindicato, no que se refere à categoria de trabalhadores para a qual está voltado, colocando a necessidade de uma organização diferenciada e privilegiando os movimentos reivindicatórios de uma categoria – os trabalhadores assalariados – e marginalizando os demais tipos de “trabalhadores” rurais. Estes (pequenos proprietários, parceiros, posseiros e até pequenos arrendatários), se viram de repente, excluídos do processo organizativo, apesar de ainda filiados. O presidente da FETARN, Sr. Manoel Cândido<sup>7</sup>, resume bem essa situação quando afirma:

“Os pequenos isolados, sem organização estão sem proteção. São filiados, mas freqüentam pouco. Atualmente estão isolados”.

Afirmção nesse sentido também é compartilhada por agentes

pastorais ligados à Igreja Católica local, quando dizem que

“o Vale hoje está abandonado. Vai virar tudo um monopólio das empresas...”,

numa clara alusão ao abandono dos pequenos produtores que estão fora das empresas. O futuro deles é incerto mas, estará diretamente ligado à forma como se reconstituirão organizativamente.

#### IV – Considerações Finais

A impressão que nos ficou, ao final dessas reflexões, é que essa “nova” fase do movimento sindical rural no Pólo Agroindustrial do Açu tem se realizado tão repentinamente que não possibilitou um amadurecimento de suas lideranças locais nem dos trabalhadores das empresas propriamente ditos. Sintomático dessa situação são as preocupações e reflexões dos dirigentes da Federação, a respeito da organização sindical no Pólo. Afirmo seu presidente:

“A FETARN trabalha com dificuldades essa questão dos trabalhadores: requer trabalho diário, permanente. O STR não estava preparado. Carnaubais tem respondido melhor, enquanto os outros sindicatos cami-



<sup>7</sup> Entrevista concedida em 06/02/95.

nham com maior dificuldade. A FETARN teve que ir em socorro”.

Mais enfática, ainda, é a declaração de um assessor da FETARN que dá assistência política aos sindicatos do Pólo, nestes termos:

“Como já afirmamos, inclusive em relatório, os sindicatos do Pólo do Açu são muito frágeis e isso dificulta... O pessoal ainda não percebeu a importância daquele contato entre sindicato e o trabalhador. A própria direção não tem nenhuma característica de assalariamento. Quando o Sindicato, por exemplo de Açu, quer juntar gente para uma assembleia, se for para discutir problemas de assentamento ele bota muita gente. Agora, para discutir o assalariamento é complicado. Isso por dois fatores: primeiro, não há uma presença constante nas áreas de assalariamento; segundo, o fato de ter muita gente do sertão que no fim de semana sempre viaja.”<sup>8</sup>

Na mesma direção aponta uma das conclusões do relatório da “Reunião de negociação salarial dos trabalhadores da fruticultura da subzona do Açu”, de 25/05/94, do Serviço de Assistência Rural – SAR, ligado à Diocese de

Natal que presta assessoria aos STRs no Vale do Açu, que assim se expressa:

“O avanço sindical da região é muito frágil para manter uma forte mobilização de assalariados, garantindo pressão sobre as empresas e, consequentemente, maiores conquistas. Este tem se tornado o grande desafio para a FETARN e o SAR na área”.

Uma outra característica dessa fragilidade é a dificuldade para se fazer cumprir as cláusulas concordadas<sup>9</sup>. As empresas, por conhecerem a fragilidade da organização dos trabalhadores e, principalmente, a falta de organização e representatividade deste dentro das empresas, buscam burlar até o acordo sobre salário. É tão evidente a falta de expressão do movimento sindical, no que se refere a sua organização interna, que chega a confundir seus próprios dirigentes. Ao relatar as estratégias utilizadas para garantir a presença dos trabalhadores nas assembleias que decidem as reivindicações a serem veiculadas nos dissídios, os dirigentes sindicais nem se apercebem do nível de despolitização a que se expõem. Vejamos o relato do assessor da FETARN sobre a mobilização para uma dessas assembleias:

“Sobre a mobilização em Mossoró, praticamente quem comanda a assembleia em Mossoró é o pessoal da MAISA. Como havia dificuldades desse pessoal comparecer à assembleia, esse ano nós fizemos à assembleia na própria vila<sup>10</sup>. Nós colocamos um ônibus para apanhar o pessoal no próprio alojamento e, para estimular, sorteamos cinco bicicletas. Eu não sei se as oitocentas pessoas que vieram foi por causa das bicicletas... Uma coisa ficou patente: sempre nas reuniões nos preocupava o problema de esvaziamento; esse ano foi o contrário, no final da reunião tinha mais de oitocentas pessoas. Por que? O sorteio era no fim da reunião.”<sup>11</sup>

Por seu lado, as empresas procuram tirar proveito dessa situação por meio desde a tentativa de recuos nas conquistas dos acordos anteriores, em nome da crise financeira por que passam, que os leva a ter dificuldade de manter os custos com pessoal, até o privilegiamento de trabalhadores jovens de cidades vizinhas por estes não terem perspectivas de permanência. É como afirma o presidente da FETARN:

“É aquele entra e sai... Estão ali passando um tempinho. É difícil trabalhar o Sindicato com essa gente.”

• • • • •

<sup>8</sup> Entrevista concedida em junho de 1995.

<sup>9</sup> Os contratos coletivos são extensos documentos com mais de trinta cláusulas, abordando os mais diferentes aspectos dos direitos dos trabalhadores.

<sup>10</sup> Agrovila no interior da própria empresa, para alojar os trabalhadores permanentes e suas famílias.

<sup>11</sup> Entrevista concedida em junho de 1995.

O mais agravante de tudo isto é que a Federação, à revelia de todas essas constatações, age como se a ação dos Sindicatos respaldasse um movimento sindical de vanguarda, nos moldes do “novo sindicalismo” que se instaurou no mundo do trabalho moderno, pós-revolução pela microeletrônica. Sintoma desse descaso por parte da FETARN, foi a definição de que os sindicatos rurais da área das frutas tropicais do RN deveriam se reorganizar em “pólos sindicais”. A reunião, convocada para estabelecimento das bases de funcionamento do pólo, não teve representatividade dos sindicatos (sede do encontro, nem a diretoria do sindicato de Açu estava presente), assim como os poucos dirigentes sindicais presentes não sabiam qual a finalidade de um pólo sindical. Parece um contra-senso querer organiza em pólos, sindicatos de frágeis estruturas organizacionais.

Uma outra evidência é com respeito a data do dissídio coletivo. Como as datas dos dissídios das duas subzonas da fruta são diferentes, há um desejo da Federação de unificar os dois períodos para conquistar maior poder de pressão. Acontece que a transferência da data do dissídio da subzona do Açu de maio para setembro, para coincidir com a melhor data que é a do dissídio de Mossoró, incorreria num período de total desproteção dos trabalhadores, que só um movimento bastante forte e coeso poderia su-

portar. Apesar da boa vontade da FETARN e do conhecimento das vantagens dessa coincidência de datas nunca foi possível abrir essa discussão com os trabalhadores, pelas inúmeras dificuldades que apontamos anteriormente.

E por fim, o conjunto dessas análises parece apontar no sentido de que há um movimento pensado e dirigido pela Federação mas, que está bastante distante do nível de organização da base. Seria, no dizer de Graziano da Silva, “*um movimento de dirigentes sindicais e não mais de lideranças de trabalhadores rurais*”. O que denota a representatividade apenas formal do movimento sindical dos trabalhadores das frutas tropicais do RN.

Eis aí portanto, uma situação irreversível de transformações no processo de organização sindical dos trabalhadores rurais do Vale do Açu, que está a exigir uma ação-reflexão mais enérgica, sob pena de se criar fissuras profundas na concepção e formação do sindicalismo na região, se continuar a dar respostas tardias por estarem indo a reboque das mudanças na base técnica da produção.

## V – Bibliografia

- ALVES, Francisco. (1992). *Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP*. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de doutorado)
- ANTUNRS, Ricardo, (1995). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, CORTEZ/UNICAMP
- BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de B. Álvares & SILVA, Pedro L. Barros (org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995. p. 125-156.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degeneração do trabalho no século XX*; 3.e. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- CORLAT, B. (1980). Ouvriers et automates: Proc'c de travail, économie du temps et théorie de la segmentation de la force de travail. In: *Usines e Ouvriers: figures du nouvel ordneproductif*. Paris, Maspero.
- DELGADO, Guilherme da Costa. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. Campinas, UNICAMP/Ícone.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades Regionais e Federalismo. In: AFFONSO, Rui de B. Álvares & SILVA, Pedro L. Barros (org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995. p.13-60.

- LARANGEIRA, Sônia M. G. (1994). Inovações tecnológica e ação sindical: crise nos sindicatos? In: Diniz, Eli et alii. *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo, ANPOCS/IPEA/HUCITEC. P. 179-203.
- GOMES DA SILVA, Aldenôr, (1993). A automação informatizada do trabalho e a agricultura irrigada. In: ANAIS do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER, p. 101-112.
- \_\_\_\_\_, (1993a). Irrigação X força de trabalho: escassez ou resistência? In: Ximenes, Tereza (org.) *Novos paradigmas e realidade brasileira*. ANPOCS/UFPA/NAEA. p. 338-355.
- \_\_\_\_\_, (1992). *A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu*. Natal, UFRN/CCHLA.
- \_\_\_\_\_, (1989). A dinâmica da irrigação na região do Baixo-Açu. *Revista Terra e Sal*. Mossoró, 6(11):39-44.
- GORNAT, B. & Silva, W.L.C., (1990). Sistema de controle e automatização da irrigação. *Irrigação e Tecnologia Moderna*. ITEM. Brasília, ABID, (41-42-43), JUN/SET/DEZ.
- GRAZIANO DA SILVA, José, (1991). Complexos agroindustriais e outros complexos. *Reforma Agrária*, 21(03):5-34. Campinas ABRA, set/dez.
- \_\_\_\_\_, (1981). *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec.
- IÓRIO, M<sup>a</sup>. Cecília de Oliveira, (1994). A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: Martins, H. S. & Ramalho, J. R. (orgs.) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo, CEDI/NETS. p. 135-152.
- KAGEYAMA, Angela, (coord.), (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília, Série IPEA, N° 127. p. 113-223.
- MAFFEI, E. et alii, (1986). *Irrigação e emprego no sertão do São Francisco*. Recife, Projeto OIT/PNUD/SUDENE.
- MARX, K., (1980). *Capital y tecnología: manuscritos inéditos (1861-1863)*. México, Terra Nova.
- MULLER, Geraldo, (1989). *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec/Educ.
- SCHIMITZ, H. & Carvalho, R. (orgs.), (1988). *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo, Hucitec.